

8/ Juri

218/19/09/2011

PROTOCOLO



RIMÁ INDUSTRIAL S/A  
Anel Rodoviário Km 4,5 - CEP 30.622.910  
Belo Horizonte - MG - Brazil  
Tel (55)(31) 3329.4251 / Fax (55)(31) 3329.4148  
E.mail : pca @rima.com.br - Internet: rima.com.br

RECURSO À CÂMARA

Processo: 00018/1979/019/2011  
Documento: 026098/2013



Pag.: 374

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM /UNIDADE  
REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS – URC-NM/COPAM

Processo Administrativo nº. 00018/1979/019/2011

Certificado LO N 317/2012 NM

RIMA INDUSTRIAL S/A, unidade de Bocaiuva, estabelecida no Distrito Industrial s/nº, do Município de Bocaiuva, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº. 18.279.158/0001-08, vem, por seus procuradores infra-assinados, interpor RECURSO, nos termos do art. 19 c/c art. 26 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, pelos fatos e fundamento a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

A publicação da decisão da URC/NM ocorreu no Diário Oficial “Minas Gerais” em 15 de dezembro de 2012.

Com fulcro no art. 20, do Decreto Estadual nº. 44.844/2008, o prazo para interposição de Recurso é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão. Portanto tempestivo o presente Recurso.

<b>SUPRAM Central Metropolitana</b>	
Protocolo nº:	<u>R. 590760/2013</u>
Responsável:	<u>10.01.2013</u>
Fl. nº	

SUPRAM Central Metropolitana

SUPRAM-NM

## DO CABIMENTO DO RECURSO

Trata-se de recurso interposto à Câmara Normativa Recursal – CNR/COPAM, em última instância administrativa, sendo que o recurso deve, preliminarmente, ser submetido à análise da URC Norte de Minas, responsável pela decisão que, entendendo cabível, poderá ser reconsiderada, conforme disposto no art. 19 c/c art. 26 do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

## DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O presente recurso visa requerer a Reconsideração do item 3 do controle processual do parecer único SUPRAM NM Nº 59/2012, para concluir pelo benefício do acréscimo de 02 (dois) anos ao prazo de vigência da licença ambiental.

A decisão que concluiu pela não concessão do benefício do acréscimo de 02 (dois) anos no prazo de vigência da Licença, demonstra haver contrariedade à norma vigente, DN COPAM Nº 17, de 17 de dezembro de 1996, art. 1º §1º, uma vez que a empresa não sofreu penalidade na vigência da revalidação da LO, e o AI 007894//2010 encontra-se em análise jurídica, o que, por si só, não é capaz de presumir a incidência da penalidade. Neste sentido, a norma é clara ao estabelecer que será assegurado o acréscimo de 02 (dois) anos para o empreendimento que não sofrer penalidade.

Assim sendo, sem decisão transitada em julgado, não há que se falar que a empresa sofreu penalidade, não podendo considerar-se que a mera existência do referido AI seja uma penalidade, pois o mesmo, nesta fase, é apenas um instrumento no procedimento de apuração de eventual infração administrativa, sendo assegurada ao interessado a garantia do contraditório e da ampla defesa, princípios esses consagrados pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, sob pena de nulidade do AI.



Importante ressaltar que o expediente administrativo de nº 016537/2010, mencionado no P.U., não se trata de Auto de Infração, mas sim de Auto de Fiscalização, referente ao AI nº 007894//2010, não sofrendo a empresa, portanto, dois AI's, conforme informação erroneamente constante no P.U.

Cumpre destacar ainda, que o AI 007894//2010 foi objeto de abuso de poder da autoridade administrativa, uma vez que foi lavrado sob alegação de descumprimento da 1ª Etapa do Acordo Setorial, o que não ocorreu, pois o COPAM prorrogou a 1ª Etapa em reunião realizada em 1º junho de 2010, conforme se denota da Ata da 26ª reunião e parecer único, ora anexos.

Destarte, verifica-se que os atos e procedimentos adotados pela Administração Pública estão eivados de vícios, sendo inequívoco que a presente decisão não merece prosperar, pelo total desacordo a norma aplicável.

Corroborando com isso, a orientação das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "*a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos*" e que "*a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*"

#### DO PEDIDO

#### PELO EXPOSTO, REQUER:

I - A reconsideração/reforma da decisão, para que seja concedido o acréscimo de 02 (dois) anos, no prazo de validade da licença, eis que a requerente não sofreu nenhuma penalidade prevista na legislação ambiental, fazendo jus ao benefício previsto na norma vigente.

II- A retificação da informação constante no Parecer Único,  
para que deixe de constar Auto de Infração nº 016537/2010 e passe a constar Auto de  
Fiscalização nº 016537/2010.

Na oportunidade, indica o endereço do Anel Rodoviário, Km,  
4,5- Bairro Novo das Indústrias, Belo Horizonte/MG – CEP. 30.622-910 para recebimento  
de notificações, intimações e comunicações.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Processo: 00018/1979/019/2011  
Documento: R590760/2013



Pag.: 377

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2013.

PRISCILA CARVALHO  
OAB/MG 56564

EDUARDO ANTONIO CARAM  
OAB/SP 242.500